

Cabral e Planalto acham que mandato sai até amanhã

Janio de Freitas

A fórmula que avança

Em surdina, está sendo negociada na Constituinte, com perspectivas consideráveis de acordo, uma fórmula que, de uma vez só, reduziria em dois meses e meio o mandato de cinco anos desejado pelo presidente Sarney e adiará, deste para o ano que vem, as eleições de prefeitos, que ocorreriam junto com a eleição presidencial.

A fórmula, em sua maior parte antecipada aqui na semana passada, quando se tratou das transações sigilosas que estavam inquietando o presidente e seu círculo político, consiste na fusão das emendas apresentadas pelos constituintes Heráclito Fortes e Saulo Queiroz. Com isto, ficaria confirmada a posse do sucessor de Sarney em 1.º de janeiro de 90, como consta do texto permanente já votado pela Constituinte, e não a 15 de março de 90, como quer o presidente. A unificação das eleições para a Presidência e para as Prefeituras é facilitada pelo fato de estarem ambas situadas no mesmo artigo das Disposições Transitórias, a primeira no texto principal e a outra compondo o segundo parágrafo do artigo.

O que mais facilitaria o acordo, porém, é que assim se solucionaria o problema que, no momento, inquieta mais os políticos em geral do que o mandato de Sarney: salvo um número muito reduzido, os demais não querem eleições municipais neste ano, mas ninguém quer se comprometer com a iniciativa de propor o adiamento, nem com o apoio público a tal proposta caso alguém se dispusesse a apresentá-la.

Já com índice de rejeição na opinião pública acima dos 90%, segundo as pesquisas mais recentes sobre as preferências da sociedade brasileira entre os quatro e os cinco anos de mandato, o presidente Sarney tem nas eleições municipais, não o risco, mas a certeza de uma avalanche nacional de críticas, denúncias e acusações de todo gênero.

Entre os constituintes há a convicção de que, se as eleições de prefeitos não forem adiadas por um acordo esperto na decisão do mandato, o presidente, caso obtenha mais de quatro anos, lançará seus parlamentares em busca do adiamento. Só não o fez até agora porque não lhe convém misturar as duas questões antes de definido o seu mandato.

Os governadores são do mesmo modo contrários às eleições municipais neste ano. E têm dupla motivação para isto: a tempestade de ataques que os palanques despejaram sobre eles, em quase todos os Estados, e porque não desejam o risco, ou a probabilidade, da derrota. É ilustrativo, neste sentido, o caso de Recife, onde o candidato do governador Miguel Arraes e do prefeito Jarbas Vasconcelos aparecem com 7% das preferências eleitorais, enquanto o pefelista dissidente Joaquim Francisco chega a 44% e o pedetista João Coelho soma 24%.

Os parlamentares, por sua vez, acham que eleição municipal isolada os atinge na parte mais sensível — o bolso. Teriam que contribuir para as campanhas em suas bases, mas não teriam facilidade de levantar recursos, nas fontes habituais, para candidatos em número tão grande, ou quase, quantos são os municípios do respectivo Estado.

Se não interessam a governadores nem a parlamentares, as eleições, é lógico, não interessam aos partidos. Nem mesmo ao novo, que está em trabalho de parto na dissidência do PMDB, ao qual faltaria tempo de se articular para a disputa, a não ser em poucos municípios e capitais.

Em resumo: a começar do presidente, os políticos aceitam tudo — como poderiam dizer o general Leônidas Pires Gonçalves, os membros da UDR, os mineradores e os grandes empresários em geral — menos eleições, esta ambição do populacho.

MAURO LOPES

Do Supercorol de Brasília

Hoje mesmo ou no máximo até amanhã, a duração do mandato do presidente José Sarney deverá estar definida pelo Congresso constituinte. Este é o desejo do Palácio do Planalto e a avaliação do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). A única hipótese de a votação ser adiada para a próxima semana é uma eventual vitória do grupo do senador Mário Covas (SP), líder do PMDB na Constituinte, na luta de bastidores que se trava em Brasília em torno da metodologia da votação das Disposições Transitórias da nova Constituição.

A disputa que divide cincoanistas e quatroanistas na votação das Disposições Transitórias não tem mais qualquer ligação com o conteúdo do mandato de Sarney, já que, à exceção do próprio Covas, é praticamente unânime no Congresso constituinte a avaliação de que a tese dos cinco anos deverá se sagrar vencedora. Mesmo vices-líderes do senador Mário Covas, como o deputado Antônio Britto (RS), reconhecem que os cinco anos são "favoritos".

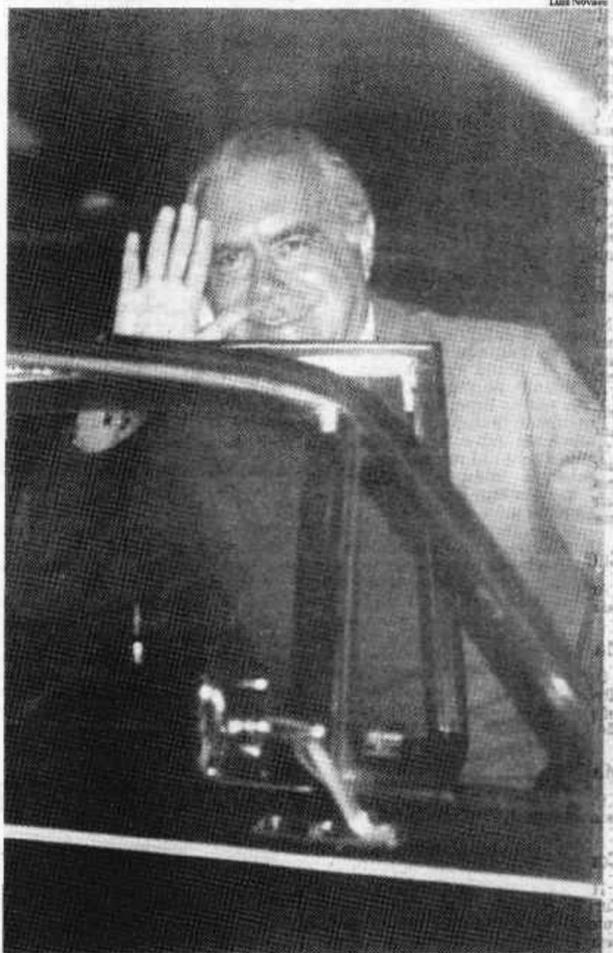
A batalha que opõe Covas aos cincoanistas é uma enfiada questão regimental ligada a uma filigrana política. As posições em relação à apreciação das Disposições Transitórias pelos parlamentares eram, grosso modo, as seguintes:

1. O Palácio do Planalto, através do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), quer votar o mais rapidamente possível — ainda hoje, no máximo amanhã — o texto-base para a votação das Disposições Transitórias (o texto do Centrão) e, em seguida, aprovar a emenda Mathews Iensen (PMDB-PR), que marca as eleições para a escolha do sucessor de Sarney para 15 de novembro do próximo ano. O gover-

no quer também, na mesma sessão, aprovar o projeto de anistia aos militares cassados contido no texto do Centrão (idêntico ao previsto no projeto da Comissão de Sistematização). Segundo Sant'Anna, "até a votação da anistia não há nenhum acordo possível, só depois". O líder do governo admite, após a votação da anistia, uma suspensão nos trabalhos constituintes para que se realizem negociações sobre os demais temas abrangidos pelos 59 artigos que compõem as Disposições Transitórias e outras emendas.

2. O presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, convocou Sant'Anna a seu gabinete, ontem às 16h25, para lhe afirmar que, se não houvesse acordo para a votação do capítulo "Dos Índios" (o último antes da votação das Disposições Transitórias), a questão seria resolvida hoje pelo plenário, votando-se em seguida o texto-base para as Disposições Transitórias. O acordo para a votação do capítulo "Dos Índios" só foi fechado às 19h50, depois que a sessão do Congresso constituinte já havia se encerrado.

3. O grupo do senador Mário Covas admite votar o texto-base do Centrão, mas quer um acordo prévio, que levaria, após a votação do texto-base, à aprovação de uma fusão de dispositivos que sejam consensuais entre todos os partidos e grupos na Constituinte, separando-se os temas polêmicos, como o mandato. O grupo covista defende este método porque, desta forma, se eximiria de simplesmente aprovar o texto do Centrão e, indiretamente (segundo o julgamento dos covistas), cinco anos para Sarney. Covas quer marcar sua posição quatroanista e evitar que se possa dizer que contribuiu para a aprovação dos cinco anos. Se for seguido este método, serão necessários alguns dias de negociação para se chegar aos temas consensuais. O líder do PMDB, porém, foi cauteloso, ao falar de sua tática de plenário, ontem no final da manhã. Defendendo em tese este método, Covas disse que "para não sermos acusados de obstrucionistas, protetadores,



Sarney entra no carro após deixar o Alvorada, onde se reuniu com ministros.

não tomaremos a iniciativa de propor esta negociação. Se os cincoanistas têm os votos que dizem ter, que os levem a plenário e aprovem o texto do Centrão." A disputa regi-

mental deve prosseguir hoje pela manhã. Ulysses quer uma reunião de líderes para discutir a metodologia da votação, mas o senador Mário Covas poderá não comparecer.

Para governo, Covas vai tentar obstrução

ROBERTO LOPES

Enviado especial a Brasília

O governo está convencido de que o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), vai levantar uma questão-de-ordem para tentar impedir a aprovação do substitutivo do Centrão ao Ato das Disposições Transitórias —aprovação que viabiliza a votação dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

"Ele (Covas) vai dizer que não cabe apresentar um substitutivo a uma parte dos trabalhos da Constituinte que, na verdade, não é nem título nem capítulo, e sim um apêndice da nova Carta, mas nós estamos preparados para isso", disse à Folha no final da tarde de ontem, o ministro da Habitação, Prisco Viana.

Estudiosos do regimento interno da Constituinte, Prisco —um dos principais articuladores políticos do governo— diz que o líder governista na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) já tem a resposta na ponta da língua.

"Eles se esquecem de que o regimento diz que a emenda coletiva, do tipo do substitutivo do Centrão, é permitida a títulos, capítulos e dispositivos", observa o ministro, "ora, o que nós queremos apresentar é um substitutivo às Disposições Transitórias, que, no fundo, são um conjunto de dispositivos, e isso ninguém pode nos negar".

Como as palavras "conjunto de dispositivos" não figuram no texto do regimento, a interpretação final sobre essa possível questão em plenário pertence ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Prisco não acredita que Ulysses acolha uma manobra desse tipo, mas a Folha apurou que, no Palácio do Planalto, essa decisão —a ser tomada e anunciada com o plenário da Constituinte lotado e nervoso— causa certa apreensão.

A forma de responder à possível questão-de-ordem de Mário Covas foi um dos assuntos debatidos ontem pelo presidente José Sarney, no Planalto, com ministros de Estado e lideranças governistas no Congresso constituinte. Sarney falou muito pouco.

Carlos Sant'anna disse que até o momento do início da reunião (às 12h) já tinha defendido os cinco anos junto a 340 constituintes. No último final de semana, o ministro da Habitação trabalhava com um número de cincoanistas em torno dos 325 parlamentares.

Prisco Viana fez questão de negar que o presidente da República trabalhe com a hipótese do "buraco negro", na questão de seu mandato —isto é, que o governo torça, na verdade, para que nem o substitutivo do Centrão nem o da Comissão de Sistematização (que fixa um mandato de quatro anos) sejam aprovados, a fim de que as Disposições Transitórias sejam omissas sobre o mandato e que Sarney se veja forçado a cumprir um mandato de seis anos (período que vigora na atual Constituição).

Emenda Iensen

"A instrução do presidente é muito clara sobre isso: o que nós queremos e devemos fazer é aprovar os cinco anos que constam da emenda Mathews Iensen", afirma Prisco.



O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, discursa ontem no plenário

Desorientação marca clima entre os líderes cincoanistas

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

Do alto de seus 1 metro e 88, o senador Marco Maciel (PFL-PE) deu uma espiada panorâmica no plenário —com menos de um quarto de suas poltronas ocupadas ontem por volta das 17h— e desabafou: "Está mesmo meio morno." A sensação era genericamente compartilhada, contrastando com um mínimo de agitação que seria sensato esperar na provável antevéspera da votação definitiva do mandato de Sarney.

Sem nenhuma reunião em que quatro e cincoanistas acertassem os detalhes táticos de última hora, o Congresso constituinte negociava, através das lideranças, apenas o último tema das Disposições Permanentes, reservado às populações indígenas. Ou, como glosaria pouco depois a um canto o senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA): "Sem uma solução para o índio, nada de mandato para o homem branco."

De certa forma, disse o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), o atraso que ele julgava proposital das deliberações interessava tanto aos partidários dos quatro como dos cinco anos de mandato para o atual presidente. Os primeiros desejariam fazer subir a taxa de colesterol no Palácio do Planalto, levando Sarney a embarcar domingo —para fazer seu discurso nas Nações Unidas— sem uma definição quanto a um item que indiscutivelmente envenenou todos os trabalhos constituintes. Quanto aos que desejam cinco anos, era preciso aguardar o pique dos

desembarques em Brasília, previsto somente entre hoje e amanhã, quando então, segundo todos os indícios, a proposta de quinquênio irá a voto com uma margem mais que folgada de vitória.

Sant'Anna

No gabinete do líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), contabilizavam-se um a um os desembarques, enquanto na liderança do PFL o deputado José Lourenço (BA) perdia, como faz com frequência, seu ar fleumático: "Temos que votar logo essa história de mandato. Não vamos esperar que o Mário Covas (líder do PMDB e dos quatroanistas) fique de bom humor."

Lourenço não era o único entre os cincoanistas que acreditava haver, por detrás do biombo de um acordo caprichado sobre os índios, uma operação desencadeada por Covas no sentido da obstrução. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) explodia, com movimentos rápidos de sua bengala: "É uma procrastinação."

E, no PDS, o líder Amaral Neto (RJ) ia mais longe: "Os quatroanistas não deram sinais de que querem negociar conosco ao menos uma fórmula regimental para votar logo esse dispositivo, porque sabem que defendem uma causa perdida." Acomodado numa poltrona do gabinete de Amaral, o deputado Delfim Neto (PDS-SP) sentenciava, sorridente: "Não dá para saber se é o Planalto ou a esquerda que ganha na disputa para saber quem é mais infantil, nesse jogo de empurra da votação."